

Sessões de depoimentos desta semana na comissão podem ficar prejudicadas. Responsável técnica da Precisa Medicamentos obtém recurso no Supremo para se manter em silêncio, e reverendo alega problema médico para não comparecer ao colegiado

Convocados tentam driblar CPI da Covid

» LUIZ CALCAGNO
» SARAH TEÓFILO

Os convocados pela CPI da Covid, para esta semana, estão tentando se esquivar das oitivas, marcadas, a princípio, para hoje e amanhã. A responsável técnica da Precisa Medicamentos, Emanuela Medrades, conseguiu, ontem, o direito de permanecer em silêncio. O aval foi dado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, mas o ministro negou outro pedido dela, de não comparecer à sessão. Apesar disso, a tendência entre senadores é de não ouvir a convocada, assim como ocorreu com o sócio da empresa, Francisco Maximiano, que teve o direito ao silêncio concedido pela Corte e cujo depoimento acabou desmarcado na noite do dia anterior. Até o fechamento desta edição, a CPI ainda não tinha decidido se cancelaria ou não a oitiva de **Medrades**.

A comissão já aprovou a quebra de sigilo telemático e telefônico da responsável técnica. No pedido ao STF, a defesa afirma que ela é investigada pelo colegiado, assim como pelo Ministério



Participação direta

A Precisa Medicamentos é a representante no Brasil do laboratório Bharat Biotech, fabricante da Covaxin. Foi a empresa que intermediou o contrato entre o Ministério da Saúde e a farmacêutica indiana para a compra de 20 milhões de doses do imunizante a R\$ 1,6 bilhão. A negociação, alvo de investigação da CPI por suspeita de superfaturamento, teve participação direta de Medrades.

Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal por causa do contrato do governo com a empresa para a compra da vacina Covaxin.

De acordo com a decisão de Fux, Medrades pode se recusar a responder perguntas que a incriminem e a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, “uma vez que os fatos indicam que será ouvida na condição de investigada”, conforme destacou.

Anteriormente, os senadores de oposição e independentes, que formam maioria na CPI, haviam definido que pediriam quebra de sigilo antes dos depoimentos, a fim de embasar as oitivas com informações coletadas nos dados. Entretanto, diante de vários pedidos de convocados ao STF, para se manterem em silêncio, a estratégia mudou. Agora, eles têm dito que aprovarão quebras de sigilo após as oitivas.

Outro ponto que acaba atrapalhando os depoimentos é a lista de investigados elaborada pelo relator, Renan Calheiros (MDB-AL), com o objetivo de pressionar por respostas. A relação acabou sendo usada por depoentes para pedir o direito de permanecer em silêncio, como foi o caso da ex-coordenadora do Programa Na-

cional de Imunizações (PNI) Francieli Fantinato, que citou isso em seu pedido ao STF.

Atestado

Também tenta não ir à CPI o reverendo Amilton Gomes de Paula. Ele encaminhou, ontem, à comissão um atestado médico apontando “impossibilidade momentânea de comparecer ao depoimento”, marcado para amanhã. O religioso alega crise renal, com afastamento do trabalho por 15 dias, contando de 9 de julho.

O presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM), disse ao **Correio** que pediu para a junta médica analisar o atestado médico. “Tem que saber quais são as condições. Problema renal, qualquer um pode ter. Ele não pode sair, andar? Está internado?”, questionou.

O reverendo é presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah). No pedido para que ele fosse ouvido, o vice-presidente da CPI, Raulo de Rodrigues (Rede-AP), argumentou que o religioso teve autorização do então diretor de imunização do Ministério da Saúde, Laurício Monteiro Cruz, para negociar 400 milhões de doses da va-

Agência Senado/Divulgação



O reverendo Amilton Gomes de Paula alega crise renal para adiar depoimento

cina AstraZeneca, em nome do governo, com a Davati Medical Supply. Amilton de Paula chegou a postar nas redes sociais fotos de uma reunião no Ministério da Saúde, ao lado de Laurício Cruz. O então diretor foi exonerado na última quinta-feira.

O nome da Senah foi citado no depoimento do cabo da Polícia Militar de Minas Gerais (PMGO) Luiz Paulo Dominghetti, apontado pela Davati como vendedor autônomo de vacinas da empresa. Ele denunciou que recebeu um pedido de propina de US\$ 1 por dose do imunizante quando tentou vender os 400 milhões de doses ao então dire-

tor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias.

À CPI, Dominghetti disse que, no primeiro contato com o ministério, esteve em Brasília com a Senah, “onde eles se propuseram a ofertar a vacina por um valor humanitário”. “Essa primeira agenda que eu tive aqui foi com o senhor Laurício. Nós levamos a proposta. Ele nos recebeu, disse que o setor não era ali e que nos encaminharia para uma agenda com o senhor Elcio Franco (então secretário-executivo da pasta)”, relatou. O cabo afirmou que, na segunda vez que esteve em Brasília para tratar de vacina, também foi com a Senah.

>> entrevista IZALCI LUCAS | SENADOR (PSDB-DF)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“Alguém tem de explicar” o superfaturamento

» PEDRO ÍCARO*

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou que a diretora técnica da Precisa Medicamentos, Emanuela Medrades, tem de explicar, no depoimento de hoje, à CPI da Covid, o motivo de a Covaxin ter sido vendida ao Ministério da Saúde com preço superfatura-

do: passou de US\$ 10 a dose para US\$ 15. “Ela participou da reunião e também é responsável pela empresa com o Francisco Maximiano (sócio da Precisa)”, destacou o parlamentar, em entrevista a Carlos Alexandre de Souza no programa CB.Poder, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

Izalci Lucas também comen-

tou a nota das Forças Armadas para o senador Omar Aziz (PSD-AM), horas depois de o presidente da CPI dizer que as FAs devem estar muito envergonhadas com o surgimento de nome de militares na comissão e que “membros do lado podre das Forças Armadas estão envolvidos com falcatura dentro do governo”. Na nota, assi-

nada pelo ministro da Defesa, Braga Netto, as instituições declararam que Aziz atingiu “as Forças Armadas de forma vil e leviana”. “Entenderam de uma forma mais agressiva, que teria atingido as Forças Armadas, o que não é verdade”, enfatizou o parlamentar do DF. Veja os principais trechos da entrevista:

O que o senhor quer saber da diretora técnica da Precisa Medicamentos Emanuela Medrades, que vai depor na CPI?

Teve uma reunião com a participação dela, inclusive, em que o preço era de US\$ 10 (por dose da vacina). Depois, assinou um contrato por US\$ 15. O que levou a essa variação? Inclusive, na reunião que houve no ministério, havia uma tendência de diminuir o valor em função da quantidade, porém fez foi aumentar 50%, alguém tem de explicar isso. Ela participou da reunião e é responsável pela empresa com o Francisco Maximiano (sócio da Precisa).

Há, também, suposto envolvimento de parlamentares, como Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara. Quando a CPI vai ouvi-lo? Qual é a suspeita que recai sobre ele, na sua perspectiva?

Ele quer o depoimento de imediato, mas a CPI está adiando exatamente para ouvir outros atores, para ter mais consistência com relação aos questionamentos ao deputado. Há essa denúncia do deputado Luis Miranda (DEM-DF) de que alertou o presidente (Jair Bolsonaro). Acho que ele tem mesmo a gravação de tudo isso. Ainda não ouvi, mas ela já circula por aí. O que é certo é que ele esteve com o presidente, isso não há dúvida. Temos de apurar.

O escândalo também envolve suspeitas sobre militares. Depoimentos indicam uma participação essencial do coronel Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde. Esse vai

ser o caminho da CPI nesta semana e nas próximas?

A gente não pode confundir Forças Armadas com um ou outro militar. As Forças Armadas são uma instituição de Estado, não de governo. Por isso, o presidente não pode ficar confundindo as coisas. Ele não pode dar a entender, ou tentar colocar para a população, que os militares que estão no governo representam as Forças Armadas. Não representam. De fato, todas as pessoas que deram o depoimento disseram que a responsabilidade sobre vacinas era da Secretaria-Executiva. Tudo passava pelo secretário-executivo, que era o coronel Elcio e que vai ser chamado para esclarecer isso.

Na semana passada, houve uma reação das Forças Armadas vista como grave em termos políticos. Senadores interpretaram como desproporcional. O senhor concorda com essa visão?

Acho assim: houve uma falha de comunicação, de diálogo. Primeiro, quem se manifestou foi o senador Omar Aziz (PSD-AM), que é o presidente (da CPI), mas ele não fala pela comissão. Falou em sessão da CPI e entenderam de uma forma mais agressiva, que teria atingido as Forças Armadas, o que não é verdade. A reação veio imediata. Acho que caberia, principalmente, ao ministro da Defesa, Braga Netto, que é experiente, que conhece, uma conversa com o presidente do Congresso (Rodrigo Pacheco, do DEM-MG) para as coisas não chegarem aonde chegaram. O próprio presidente fez uma nota e, aí, as coisas deram

uma amenizada, mas é muito grave da forma como foi feito.

Existem outras pautas importantes no Senado. A Comissão Mista de Orçamento, por exemplo, teve uma reunião hoje (ontem). O que o senhor diz sobre isso?

Hoje (ontem), foi lido o relatório preliminar e votado. A partir de agora começa a contar o prazo de emendas. Vai até as 11h da quarta-feira (amanhã). Aí, o relator vai ter de preparar o relatório. Dificilmente se vota na quarta-feira, que era o prazo do calendário normal, porque vai ter muita emenda. Eu mesmo já mandei preparar várias. Vamos discutir, não sei se vai ser possível votar, mas não há unanimidade em termos de votação e não dá para resolver tudo em dois, três dias.

Com relação ao DF, o senhor vai ser candidato a governador?

Desde que eu entrei na política, percebi o seguinte: você só pode fazer o que é permitido. Fui secretário, deputado distrital, deputado federal, agora, senador. A gente modificou muitas leis, marco regulatório, de ciência e tecnologia, educação, exatamente para poder executar por quem manda fazer. Quem tem o poder é quem tem a caneta, é o Executivo, a gente cria as condições e planeja. O que falta no DF é planejamento. As pessoas caem de paraquedas, no improviso, não conhecem a realidade, não conhecem a cidade, os problemas da cidade e, aí, fica esse improviso. A Educação, nós já estamos disputando os últimos lugares. Vamos levar cinco

anos para recuperar o que tínhamos antes. A Saúde está um caos. O Hospital de Base, que era referência nacional, hoje você não tem anesté-

sico, não tem insumo nenhum, não tem atendimento oncológico. Não vou nem falar a área social, todo mundo passando necessidade, e o

governo sequer tem transparência.

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Castelo Saint Andrews - Único Relais & Châteaux de montanha do Brasil



Imagine um lugar perfeito, onde design, bem-estar, gastronomia e entretenimento se harmonizam de maneira integrada. Assim é o Castelo Saint Andrews, com apenas 19 suítes, é um Exclusive House localizado em condomínio fechado no centro de Gramado, envolto pelo clima intimista da Serra Gaúcha e o esplendor do Vale do Quilombo.

O Restaurante Primrose e Adegas Gourmet, receberam o prêmio “Best of Award of Excellence 2021 - Wine Spectator” por oferecer a Melhor Carta de Vinhos, com rótulos das melhores vinícolas brasileiras e do mundo.

Vivencie experiências gastronômicas únicas no Weekend Experience, harmonizadas com raríssimas safras de vinhos nacionais e

internacionais. Nas programações de 2 a 7 noites está incluso: traslado aeroporto/castelo ida e volta, welcome drink, hospedagem em suíte com serviços de mordomos, café da manhã menu degustação, terapia, jantar do Chef, noite de pizzas napolitanas na charmosa Boulangerie, chá da tarde, piquenique nos jardins. Visitas a vinícola Jolimont com degustação e ao Geo Museu - Uma viagem ao mundo das pedras preciosas.

Acesse saintandrews.com.br e confira programação até dezembro/2021 incluindo os Especiais de Natal e Réveillon.

Ligue: (54) 3295.7700
Whats: (54) 99957.4220
ou seu agente de viagens.

